

GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

**O BANCO DE DADOS DE BENS CULTURAIS REGISTRADOS: UMA FONTE DE INFORMAÇÃO
SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL BRASILEIRO**

***THE DATABASE OF REGISTERED CULTURAL ASSETS: A SOURCE OF INFORMATION ON
BRAZILIAN INTANGIBLE HERITAGE***

Danielle do Carmo – Universidade de Brasília (UnB); Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)

Dalton Lopes Martins – Universidade de Brasília (UnB); Instituto Brasileiro de Museus
(Ibram)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O Banco de Bens Culturais Registrados é uma das principais fontes de informação acerca dos bens culturais imateriais brasileiros. A presente pesquisa apresenta uma breve análise da estrutura informacional do novo Banco de Bens Culturais Registrados e a forma como seus recursos estão organizados, descritos, classificados e dispostos na plataforma online. Utilizando a abordagem qualitativa, a presente pesquisa exploratória identificou que o acervo apresenta uma coleção principal com dados sobre 52 bens culturais registrados, e duas coleções auxiliares composta por 391 mídias e 620 documentos. Mediante análise foi identificado que as informações disponíveis sobre os bens culturais focam mais sobre o processo de Registro que na apresentação do bem. Em relação aos documentos foram identificadas nos itens representados deficiências de informações sobre o conteúdo e contexto de produção dos documentos, vídeos e fotografias. Esse fato indica a necessidade de um trabalho de aperfeiçoamento e enriquecimento das informações disponibilizadas. Apesar de observarmos necessidade de melhorias na versão do BCR que está atualmente online, consideramos que o serviço de atende demandas informacionais da sociedade brasileira por fornecer informações confiáveis e de qualidade sobre os bens culturais registrados.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial; Bens Registrados, Serviço de informação, Acervos Culturais.

Abstract: The Database of Registered Cultural Assets is the main sources of information regarding Brazilian intangible cultural assets. This research provides a brief analysis of the informational structure of the new Database of Registered Cultural Assets and how its resources are organized, described, classified, and presented on the online platform. Using a qualitative approach, this exploratory research identified that the collection consists of a main set of data about 52 registered cultural assets, along with two auxiliary collections comprising 391 media items and 620 documents. Through analysis, it was noted that the available information about cultural assets tends to focus more on the registration process rather than the presentation of the asset itself. Regarding the documents, deficiencies in information about the content and production context of documents, videos, and photographs represented in the items were identified. This fact indicates the need for improvement and enrichment of the provided information. Despite recognizing the need for improvements in the current online version of the Registered Cultural Assets Bank, we consider that the service meets the informational demands of Brazilian society by providing reliable and high-quality information about registered cultural assets.

Keywords: Intangible heritage; Registered assets; Informational service; Cultural assets.

1 INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e desempenha um papel fundamental na política cultural nacional atuando na identificação, registro, preservação e difusão do patrimônio cultural no território brasileiro. O Iphan em conjunto a outras instituições, como os órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, universidades, centros de pesquisas e organizações da sociedade civil, e organizações supranacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) contribuem para a promoção e preservação do patrimônio cultural em âmbito regional, nacional e global.

Em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é criado com base nos aportes de Mário de Andrade que, em seu anteprojeto para a instituição, apresentou uma compreensão de uma política pública de patrimônio que contemplava outras formas de manifestação da cultura que transcendesse a materialidade dos bens até então contemplados pelas práticas tradicionais de preservação do patrimônio, da história e da memória. Sobre isso Fragelli (2022) relata que até então as práticas patrimoniais estavam circunscritas aos objetos de arte, monumentos e edifícios históricos.

Embora desde a década de trinta uma noção antropológica da cultura tenha sido evidenciada nos moldes da concepção de uma política nacional, somente em 2000 com o Decreto Federal nº 3.551 instituiu-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). O estabelecimento do PNPI como política de Estado contemplou as noções de patrimônio imaterial explicitadas no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, e revelou-se um movimento de vanguarda internacional. Apenas em 2003, a Unesco estabelece uma política de proteção aos bens culturais imateriais, na 32ª sessão da Conferência Geral da Organização para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. A concepção de patrimônio cultural imaterial da Unesco é compatível ao entendimento do patrimônio imaterial brasileiro pelo Iphan.

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos

reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

No âmbito da política nacional o PNPI buscou estabelecer instrumentos de salvaguarda, identificação e reconhecimento, assim como ações de promoção e sustentabilidade para as dinâmicas culturais. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (RBCNI) são exemplos desses novos instrumentos. O INRC é um instrumento de identificação e produção de conhecimento, e o RBCNI, mencionado doravante como Registro é o dispositivo oficial de reconhecimento de um bem como patrimônio imaterial nacional.

Nos termos do referido decreto, a instauração do processo de registro pode ser provocada pelo próprio ministro da cultura, por instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, as secretarias dos estados ou municípios, sociedades ou associações civis de interesse público ou privado. Uma vez instaurado o processo e reunida a documentação técnica sobre o bem, a proposta são enviadas ao presidente do Iphan que encaminha ao órgão deliberativo, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O Iphan é o responsável por supervisionar a instrução do processo e emitir os pareceres acerca da proposta de Registro, que é por fim avaliada pelo Conselho Consultivo que delibera sobre a relevância cultural e nacional do bem determinando o encaminhamento, ou não, do bem para o Registro e a outorga do título de “Patrimônio Cultural do Brasil”. Após inscrito em um dos livros, o reconhecimento do bem deve passar por um processo de reavaliação a cada dez anos, que revalida ou não a outorga do título.

Após mais de duas décadas de instituição do registro como mecanismo de preservação do patrimônio imaterial, a lista de bens culturais registrados totaliza cinquenta e dois bens culturais, devidamente inscritos em um ou mais Livros de Registro a partir das categorias presentes no Decreto 3.551/2000, a saber: Celebrações, Lugares, Saberes e Formas de Expressão. O processo do Registro gera um acervo de informações culturais expressivo, relevante e de interesse público. Alencar (2021) aponta que perante o decreto a primeira responsabilidade do Estado com os bens registrados é a de produzir conhecimento sobre ele, a segunda responsabilidade se direciona à ampla divulgação e publicidade do

bem, e, portanto, sua promoção. No cumprimento da determinação, o Iphan manteve as informações sobre os bens registrados em seu site institucional por meio de uma primeira versão do BCR conforme relatado por Fonseca (2014) e Abreu (2020), e cujo acesso foi descontinuado.

Para restabelecer o serviço de informação sobre os bens culturais imateriais registrados, o Iphan em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) iniciaram em 2022 a execução do projeto de pesquisa Organização e Difusão dos Acervos Digitais do Patrimônio Cultural: A Memória em Rede. Dentre os objetivos do projeto está o desenvolvimento de soluções para a disponibilização dos acervos oriundos da aplicação de importantes instrumentos de da política de identificação e preservação do patrimônio imaterial brasileiro: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e os Registros dos Bens Culturais Nacionais Imateriais (RBCNI). Como resultado, em abril de 2023 o Banco de dados de Bens Culturais Registrados (BCR) é disponibilizado para acesso ao público (IPHAN, 2023).

Em Carmo et al. (2023) é possível verificar os métodos utilizados no tratamento e representação das informações sobre os bens culturais imateriais, assim como as etapas de processamento, modelagem, inserção e disponibilização dos dados por meio do software livre Tainacan. Segundo Martins e Padilha (2023) o Tainacan foi um dispositivo sociotécnico criado em apoio a construção de uma política nacional de acervos digitais, sendo adotado ao longo do tempo por diversas instituições culturais brasileiras em suas práticas informacionais.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise de como as informações dos bens culturais imateriais registrados e os recursos informacionais associados, se encontram disponíveis ao público. Dessa forma pretende-se entender como as informações foram modeladas, como os itens foram descritos, quais recursos estão disponíveis e como eles podem ser visualizados.

2 DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Com citado anteriormente, o presente estudo tem como objetivo principal apresentar uma análise preliminar da estrutura informacional do novo BCR e a forma como seus recursos estão organizados, descritos, classificados e dispostos por meio da plataforma

online. O objeto de análise foi sistema de informação Banco de Bens Culturais Registrados (BCR) que pode ser acessado no endereço (<http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/>)¹. Os dados coletados consideraram as informações apresentadas e acessíveis via interface pública do sistema. A presente pesquisa tem abordagem qualitativa e pode ser classificada como exploratória uma vez que o tema em estudo foi pouco explorado tem como objetivo proporcionar uma visão geral, buscando conhecer, e dar conhecer o tema abordado (COLLIS; HUSSEY, 2005).

O sistema informacional dos bens culturais registrados

O Banco de Bens Culturais Registrados (BCR) é atualmente uma das principais fontes de informação acerca dos bens culturais do acervo do patrimônio cultural imaterial brasileiro, e está sob responsabilidade do Departamento do Patrimônio Cultural Imaterial (DPI/IPHAN). O BCR é um serviço de informação que utiliza como plataforma tecnológica o repositório de acervos digitais Tainacan (<https://tainacan.org/>).

Figura 1 – Página inicial do BCR



Fonte: Extraído do sítio eletrônico do BCR (2023)

O Tainacan é um software livre, gratuito e de código aberto e utiliza como base o WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo amplamente utilizado na web e que possui um ecossistema de usuários, desenvolvedores e recursos como plugins e temas². Embora seja um repositório para qualquer tipo de acervo digital, foi pensado no contexto da política cultural brasileira da década de 10 do século XX, considerando também os desafios

¹ Acesso realizado dia 05 de julho de 2023.

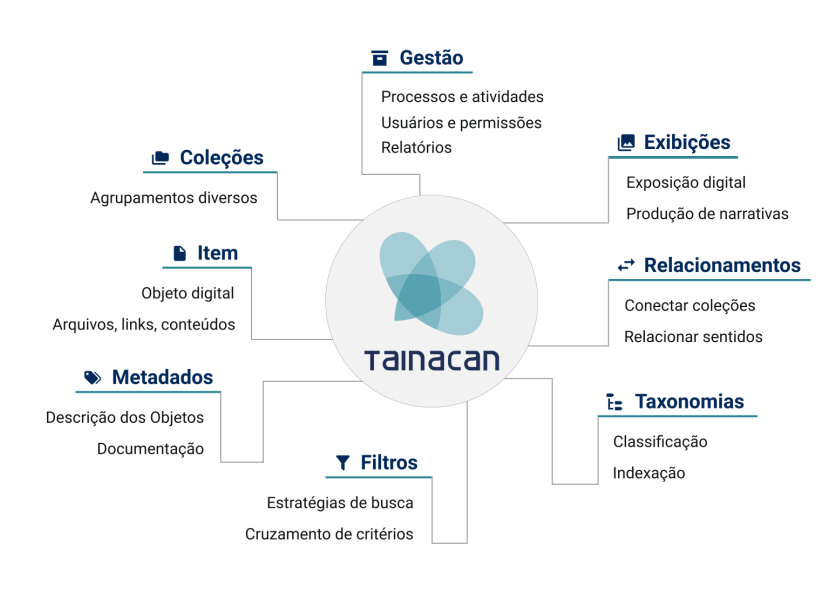
² Pode-se dizer que o plugin é a parte da aplicação que determina as funções, já o tema determina a aparência da interface.

enfrentados pelas instituições culturais brasileiras nas últimas décadas em seus movimentos rumo à transformação digital.

O desenvolvimento do Tainacan se deu, principalmente, por meio da realização de projetos de pesquisas realizados por instituições como a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade de Brasília (UnB) e unidades de pesquisa como o IBICT em parceria com órgãos como o MinC, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Fundação Nacional da Arte (Funarte), o Iphan e outros. Através desses projetos, são desenvolvidas e aprimoradas funcionalidades de acordo com a realização de pesquisas, experimentações e customizações a fim de atender às necessidades das instituições (LUNA, CARMO e CARDOSO, 2023, p.158)

O Tainacan, como solução tecnológica focada na organização e disponibilização de acervos digitais, apresenta funcionalidades que permitem a organização e gestão interna dos recursos de informação como a possibilidade de criar coleções, da aplicação de diferentes tipos de metadados e o uso de taxonomias para classificação e criação de facetas de pesquisa, ao mesmo tempo que apresenta funcionalidades de busca e a possibilidade de criação de páginas públicas automáticas e personalizadas que auxiliam no processo de contextualização do acervo e na extroversão das informações. Na imagem abaixo é possível observar funcionalidades gerais do Tainacan.

Figura 2 – Representação gráfica das funcionalidades gerais do Tainacan.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação a forma como o repositório foi modelado, o BCR é formado por três coleções, uma coleção principal intitulada “Bens Culturais Imateriais Registrados” e duas auxiliares que receberam o nome de “Mídias e Documentos do Processo de Registro”. A coleção Bens Culturais Imateriais Registrados apresenta 52 itens, correspondente aos bens culturais brasileiros reconhecidos pelo Estado como patrimônio cultural brasileiro. No topo da página do item da coleção, é possível identificar o nome do bem e logo abaixo uma imagem ilustrativa.

Figura 3 – Visão do item coleção Bens Culturais Imateriais Registrados



Fonte: Extraído do sítio eletrônico do BCR.

Os itens da coleção “Bens Culturais Registrados” apresentam os seguintes conjunto e tipos de metadados:

- Descrição
- Data de Registro
- Abrangência de registro
- Território já identificado
- Localização
- Livro de Registro
- Instituições Parceiras
- Documentos
- Mídias
- Link para o processo SEI - Registro

- Data de Revalidação
- Link para processo SEI - Revalidação

O metadados Descrição, apresenta como valor a descrição do bem presente na certidão de registro do bem. Além da descrição do bem foi possível encontrar informações como a data do processo de Registro, os territórios onde o bem já foi identificado, as instituições envolvidas nas ações de proteção do bem. Os metadados Localização e Livro de Registro apresentam valores vinculados a taxonomias e ao ser clicado leva para uma página que caracteriza o termo e reúne o conjunto de itens sob a mesma classificação. Os metadados Link para o processo SEI - Registro e Link para processo SEI - Revalidação apresentam como valor hiperlinks que levam aos documentos de outro ambiente de informação, no caso o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) utilizado pelo governo federal. Já os metadados Documentos e Mídias apresentam como valor itens relacionados de outras duas coleções do BCR, como pode ser observado no detalhe abaixo. Os itens relacionados se tratam de documentos do processo de Registro e mídias relacionadas ao bem consultado.

Figura 4 – Detalhe do Item da coleção Bens Culturais Imateriais Registrados



Fonte: Extraída do sítio eletrônico do BCR.

Por meio da página de lista de itens da coleção, é possível identificar que a coleção Mídias é composta por 391 itens, sendo 34 vídeos e 357 fotos. Um item da coleção de mídias apresenta o título da mídia no topo da página, seguido do documento principal, que nesse caso pode ser um vídeo ou uma fotografia. A coleção apresenta os valores dos seguintes conjuntos de metadados:

- Autoria
- Data

- Bem Cultural Relacionado
- Tipo de Mídia

Figura 5 – Visão de item da coleção Mídias.

Fotografia – Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi



Foto-05-Realização de pintura corporal durante o Rongom

INFORMAÇÕES

Autoria
Damaris Seneida

Data
2020

Bem Cultural Relacionado
Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi

Tipo de Mídia
Foto

Fonte: Extraída do sítio eletrônico do BCR.

A coleção Documentos do Processo de Registro apresenta 620 itens que são documentos textuais, classificados de acordo como os seguinte tipos: Anuência, Ata de Reunião do Conselho Consultivo, Atas de Reunião, Dossiê, Parecer Técnico, Pedido de Registro. Cada documento apresenta relações com o bem cultural correspondente da coleção Bens Culturais Imateriais Registrados.

Figura 6 – Vista de item da coleção Documentos

Parecer Técnico de Registro – Arte Kusiwa

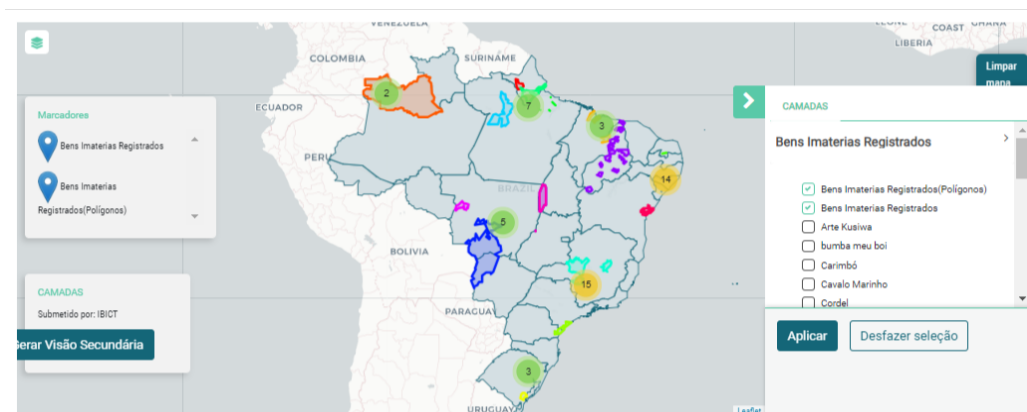
Fonte: Extraída do sítio eletrônico do BCR.

Como padrão, ao entrar na página do item é possível observar o título do item seguido do documento em sua versão digital. No caso dessa coleção, cada item desta coleção apresenta os seguintes conjuntos de metadados:

- Tipo de documento
- Bem Cultural Registrado Relacionado
- Descrição
- Autor

Além de apresentar informações textuais, documentos sobre os bens culturais registrados e sobre seus respectivos processos de Registro, a plataforma também apresenta informações visuais com base nos dados de geolocalização dos bens culturais. Essa solução utiliza o software livre e de código aberto Visão (<https://visao.ibict.br/>) e apresenta pontos e polígonos que representam a circunscrição geográfica e territorial do bem. Podemos observar uma aplicação do Visão no BCR por meio de um *embed* na página como pode ser observado na parte posterior da página principal, detalhe na imagem abaixo.

Figura 7 – Detalhe do Visão na página inicial



Fonte: Extraída do sítio eletrônico do BCR.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o BCR é a principal fonte de informação acerca dos bens culturais que receberam o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e disponibiliza documentos iconográficos e documentais. O acervo de informações encontradas na plataforma é fruto da experimentação do uso de um conjunto de tecnologias e da colaboração entre equipes multidisciplinares especializadas que trabalham no intercâmbio de saberes do campo da Ciência da Computação, Ciência da Informação e do Patrimônio Cultural.

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma breve análise de como as informações dos bens culturais imateriais registrados, e os recursos informacionais associados, foram disponibilizados para o acesso público. Dessa forma identificou-se que o acervo apresenta uma coleção principal com dados sobre 52 bens culturais registrados, e duas coleções auxiliares composta por 391 mídias e 620 documentos. Mediante análise foi identificado que o BCR apresenta as informações dos bens registrados a partir de uma coleção principal. Apesar de algumas informações contextuais serem apresentadas, as informações disponíveis sobre os bens culturais apresentam o enfoque preponderante sobre o processo de Registro, e não dá maiores detalhes sobre o bem. A coleção principal, ainda apresenta e relaciona documentos como textos, fotos e vídeos presentes nas coleções adjacentes. Os documentos disponíveis, embora apresentem um conteúdo riquíssimo, ao ser consultados por meio da plataforma apresentam itens com poucos dados descritivos sobre o conteúdo e contexto de produção do documento.

Ao longo do projeto de pesquisa que está em andamento, espera-se que sejam desenvolvidas outras funcionalidades, tipos de visualizações das informações e enriquecimento dos dados descritivos, contextuais e de conteúdo das mídias e documentos presentes na plataforma. Dessa forma, busca-se aproveitar as potencialidades e possibilidades dos sistemas de informação e das soluções automatizadas aplicadas na construção desse serviço de informação.

O BCR se configura como um importante instrumento de apoio à política de patrimônio cultural brasileiro e colabora no cumprimento do artigo 6º do Decreto Federal n. 3.551 que determina a ampla divulgação e promoção dos bens registrados, bem como a guarda dos documentos do processo em um banco de dados. Dessa forma acredita-se que apesar de observarmos necessidade de melhoras na versão do BCR que está atualmente online, atende demandas informacionais da sociedade brasileira por fornecer informações confiáveis e de qualidade sobre os bens culturais registrados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Karina Passos de. Documentação audiovisual de um patrimônio imaterial ainda não inventariado. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n 1, 2020, p. 327–50. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/55133>. Acesso em: 14 set. 2023.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. Sustentabilidade cultural na política federal de salvaguarda. In: TOJI, S. (Org). Dossiê: patrimônio cultural imaterial e desenvolvimento

sustentável: desafios e convergências. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 12, julho, 2021. p.25- 40. Disponível em:
<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/af803c99/f290/499d/841b/7f8ba7814816.pdf>.
Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 3.551**, de 4 de ago. de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 12 jul. 2023.

CARMO, D.; COSTA, P. H. R.; MARICATO, J. de M.; ALENCAR, T. M. de; PAIVA, G. C.; SHINTAKU, M. A Organização, mineração e inserção automatizada de dados documentais no Tainacan: propostas para os Bens Culturais Registrados pelo Iphan. VI Workshop de Informação, Dados e Tecnologia - **WIDaT 2023**, [S. l.], v. 6, 2023. Disponível em:
<https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2023/article/view/43>. Acesso em: 14 set. 2023.

COLLIS, Jil.; HUSSEY, Roger. Pesquisa em Administração. Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FONSECA, Vivian Luiz. A outra face da imaterialidade, o registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira. **Acervo**. Rio de Janeiro, V. 27, Nº 2, p. 106-117. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55386> . Acesso em: 16 de set. 2023.

FRAGELLI, Pedro. Tradição e revolução: Mário de Andrade e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** [online], n. 75, 2020, p. 144-161. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/L97kPCNyhfJ5cvTzjj3vCqj/?lang=pt#>. Acesso em 10 jul. 2023.

IPHAN. Iphan lança repositório digital dos Bens Culturais Registrados, 2023. Disponível em: Acesso em 10 jul. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-repositorio-digital-dos-bens-culturais-registrados> . Acesso em: 14 set. 2023.

LUNA, Mateus Machado; CARMO, Danielle do; CARDOSO, Gustavo. O software livre Tainacan como solução tecnológica para a criação de banco de imagens em instituições de cultura. In: MACÊDO, Diego José.; SHINTAKU, Milton. **Imago**: reflexões para proposição de banco de imagens. Brasília: Ibict, 2023. p. 154-174.

MARTINS, Dalton Lopes; PADILHA, Renata Cardozo. Os acervos digitais no repositório Tainacan: análise de representação da informação dos documentos iconográficos do Museu

do Ipiranga. In: MACÊDO, Diego José; SHINTAKU, Milton (org.). **Imago**: reflexões para proposição de banco de imagens. Brasília: Ibict, 2023. p. 108-120.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução. Ministério das Relações Exteriores. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.